



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 12/2022

Uberlândia, 18 de janeiro de 2022.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 9957151 (SEI!)			
Processo SLA: 5900/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: MINERALLIS CAPITAL CONSULTORIA & INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA		CNPJ: 15.730.805/0001-68	
EMPREENDIMENTO: MINERALLIS CAPITAL CONSULTORIA & INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA		CNPJ: 15.730.805/0001-68	
MUNICÍPIO: Tiros/MG		ZONA: Rural	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: 18°48'38.7"S		LONG: 45°41'26.8"O	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há critério locacional incidente.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento (100.000 t/ano)	3	0
A-05-01-0	Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco (100.000 t/ano)	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
Fabiana Hartmann Correa - Eng. Ambiental		CREA-MG MG0000136627D MG	MG20210680029



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Gonçalves Santos, Servidor(a) Público(a)**, em 18/01/2022, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **40932791** e o código CRC **555AF65D**.

Referência: Processo nº 1370.01.0002206/2022-69

SEI nº 40932791



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 40932225

O empreendimento MINERALLIS CAPITAL CONSULTORIA & INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA pretende operar no setor de mineração, com a atividade de *“Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento”* e *“Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco”* Formalizou o presente processo a fim de operar na capacidade de 100.000 ton/ano, conforme registro ANM: 831.879/2017. Os parâmetros informados justificam a adoção do procedimento simplificado.

A propriedade onde serão instaladas as atividades encontra-se localizada na zona rural do município de Tiros – MG, na Fazenda Capão Preto, nas matrículas 2673, 2867, 2868, 3213, 4317, 4318 e 25298, CRI de Tiros, com um área total de 206,15 ha. Foi apresentado CAR com nº de registro: MG-3168903-2BD0.3185.CE5F.4F59.9964.50BA.6212.8E05. A reserva legal declarada (47,2 ha) corresponde a mais de 20% da área do imóvel. Foi apresentada anuência do proprietário da área para exploração mineral por meio da empresa requerente da licença ambiental.

O mineral explorado será o potássio. Foi informado no RAS que o requerente pretende realizar a retirada por lavra a céu aberto com lavra em bancadas. O material encontra-se aflorado, sendo mínima a quantidade de solo orgânico, que será armazenado para recomposição. O beneficiamento do minério será a seco e compreende apenas a britagem e moagem. Para prevenção de processos de erosivos, o sistema de drenagem pluvial implantado será composto por canaletas em solo e uma bacia de contenção.

O local de instalação da atividade encontra-se antropizado e é composto por área de pastagem com algumas árvores isoladas. No entanto, foi informado que não haverá necessidade de supressão de nenhuma árvore isolada para execução da atividade. Caso haja necessidade de supressão de alguma árvore ou indivíduo arbóreo com rendimento lenhoso, deverá ser solicitada a autorização previamente ao órgão ambiental.

Para operação da atividade, o requerente também não realiza intervenção em área de preservação permanente.

Não é utilizada água para beneficiamento do minério, no entanto, para consumo humano, o empreendedor pretende perfurar um poço tubular. Até ocorrer a instalação do poço, será utilizado caminhão pipa. Em relação à geração de efluentes sanitários, será instalada uma fossa biodigestora. Até a conclusão das obras, serão utilizados banheiros químicos.

Os resíduos sólidos são segregados e acondicionados temporariamente em um abrigo e serão destinados de acordo com sua classificação (classe I e II) para empresas regularizadas para o recebimento.

O maquinário a ser utilizado é composto por caminhão, escavadeira e pá carregadeira, além dos equipamentos da Unidade de Tratamento de Minerais (UTM). Foi informado que não há ponto de abastecimento de combustíveis e nem oficina mecânica no local do empreendimento. Caso haja a instalação das estruturas, deverá ser instalada uma caixa separadora de água e óleo para retenção dos



efluentes oleosos. Caso haja armazenamento de combustíveis, deverá ser armazenado em local coberto com contenção para possíveis vazamentos.

Como principal impacto inerente à atividade, tem-se a alteração da topografia e paisagística do local devido à escavação do terreno. As áreas exploradas deverão reabilitadas após a exploração da jazida. Os equipamentos movidos à óleo diesel deverão ser monitorados periodicamente quanto à emissão de fumaça.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o **deferimento** da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "MINERALLIS CAPITAL CONSULTORIA & INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA" para a atividade de "Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento" e "Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco".

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local sendo, portanto, o empreendedor e/ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.

"Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art.23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017".



NEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento MINERALLIS CAPITAL CONSULTORIA & INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença
02	Apresentar Relatório Anual de Lavra (RAL), a fim de se averiguar se os dados de produção estão de acordo com o declarado para enquadramento do processo de licenciamento.	Anualmente, no mês de dezembro de cada ano.
03	Comprovar a destinação dos efluentes sanitários dos banheiros químicos para empresas ambientalmente regularizadas para esse fim.	Anualmente, no mês de dezembro de cada ano.
04	Comprovar a instalação do sistema de tratamento dos efluentes sanitários definitivo.	Após conclusão das obras
05	Apresentar relatório técnico e fotográfico demonstrando e atestando a implantação e monitoramento das medidas de preservação e conservação na propriedade, quanto a remanescentes florestais e APP, conservação do solo, drenagem pluvial e conservação das vias de circulação.	Anualmente, no mês de dezembro de cada ano.

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs:

1 – Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

2 – A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

3 – Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital das condicionantes e automonitoramento em formato pdf., acompanhada de declaração, atestando que confere com o original.

4 - Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

5 - Qualquer mudança promovida no empreendimento, que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência no programa de automonitoramento, deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento MINERALLIS CAPITAL CONSULTORIA & INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA

1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Relatórios: Apresentar semestralmente à SUPRAM TM, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. Efluentes Atmosféricos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Veículos e equipamentos movidos a óleo diesel	Portaria IBAMA 85/1996	Anualmente

Relatórios: Enviar anualmente a Supram TM, até o último dia útil do mês de dezembro, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM 187/2013, Resolução CONAMA nº 382/2006 e nº 436/2011.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

IMPORTANTE

1. Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram TM, face ao desempenho apresentado;
2. A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s)
3. *Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*
4. Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital em formato pdf., acompanhada de declaração, atestando que confere com o original.
5. Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.